

Capítulo 8 - Texto de referência

Desigualdade econômica: como ela afeta a vida em sociedade?¹

As sociedades que alcançaram prosperidade material, ou seja, produziram muita riqueza, mas ela está mal distribuída, e pretendem promover justiça social devem enfrentar, prioritariamente, a pobreza ou a desigualdade econômica? Para começar a responder esta questão, é necessário distinguir **pobreza** e **desigualdade econômica**. A pobreza nem sempre foi vista como um problema. Houve época em que ela era um sinônimo de simplicidade, pureza e virtude, objeto para a caridade dos mais abastados. Mas isso mudou na Modernidade, principalmente com o desenvolvimento do **capitalismo industrial** e com processos crescentes de **urbanização**: a concentração da população pobre nos centros urbanos e as condições precárias de trabalho e de vida geraram problemas que afetavam a vida em sociedade, preocupações passaram a ocupar pensadores e governos.

Desde então, a pobreza tem sido percebida de várias formas. Para alguns, a pobreza é uma condição relacionada ao comportamento das pessoas, ou seja, há aquelas que se acomodam nessa condição e há aquelas que buscam superá-la. Nessa perspectiva, haveria os pobres “**meritórios**”, que merecem apoio do Estado, e os pobres “**não meritórios**”, que não merecem. Numa outra ótica, a pobreza não é vista como uma responsabilidade ou escolha individual, mas resultado da forma como uma sociedade está estruturada social e economicamente, com a distribuição desigual de oportunidades (como o acesso à educação) e proteções (como a moradia), o que leva alguns indivíduos à situação de pobreza. Ou seja, eles não estão pobres por escolha, mas pela forma desigual como a riqueza é contruída e distribuída.

Além disso, há a compreensão de que a pobreza possui uma dimensão relativa, ou seja, haveria um padrão de vida que prevalece numa sociedade e quando as pessoas não alcançam esse padrão, elas se encontram numa situação de pobreza em relação aos demais e, sendo assim, a sociedade deve lhes garantir um mínimo de condições para

¹ As palavras destacadas estão explicadas no Glossário, ao final do texto.

que vivam dignamente. Outra perspectiva parte da ideia de **igualdade natural** entre humanos, ou seja, todos os seres humanos são iguais e, portanto, a dignidade humana é incompatível com condições de pobreza. Essa ideia levou à instituição dos **direitos humanos** que impõem responsabilidades públicas no enfrentamento à pobreza, pois cabe ao Estado a garantia desses direitos.

Pobreza e desigualdade econômica não são o mesmo fenômeno, mas elas se entrelaçam, gerando problemas sociais, econômicos e políticos. A desigualdade econômica extrema (onde há poucos ricos e muitos pobres) e persistente prejudica o crescimento econômico e agrava a pobreza. Essa desigualdade, por um lado, faz com que os relativamente pobres sejam impedidos de prosperar e, por outro, estimula um comportamento predatório por parte dos muito ricos. Quanto à dimensão política, ocorre que as oportunidades de participação política, de representação nos espaços de poder e de influência nas decisões políticas se concentram nas pessoas mais ricas, ocasionando o enfraquecimento das democracias e o surgimento de **plutocracias**. Com todo esse poder político, os mais ricos direcionam a agenda governamental, o processo e as decisões no Poder Legislativo e as políticas públicas para que sejam favoráveis aos seus interesses, colocando em risco a legitimidade das leis e das decisões políticas.

Nas relações sociais, a desigualdade econômica influencia vários aspectos da vida, direcionando, restringindo ou mesmo limitando oportunidades aos mais pobres, o que inclui moradia, educação, saúde, influência cultural, dentre outras. No que se refere às oportunidades econômicas, a desigualdade restringe acesso a bons empregos, boa remuneração e mesmo ao empreendedorismo, inclusive porque os mais ricos têm mais condições de arcar com os custos e os riscos relacionados às oportunidades. Além disso, desigualdades econômicas, principalmente se duradouras, têm consequências que afetam toda a sociedade, como a segregação, o baixo grau de confiança interpessoal, a indiferença, hostilidades e a criminalidade violenta, comprometendo a **coesão social**.

Por fim, desigualdades econômicas levam a várias complicações na saúde das pessoas mais pobres, o que inclui estresse crônico, ansiedade, quadros depressivos, gerando diferenças importantes nas taxas de **morbidade** e **mortalidade** e na expectativa de vida desses grupos, resultado não só do difícil acesso aos cuidados de saúde, mas também dos sentimentos negativos associados à sua situação de pobreza. Nessa mesma direção, os mais pobres estão mais expostos aos riscos ambientais e às consequências de eventos extremos, como os desastres climáticos, muitos deles causados por hábitos e ações adotados pelos mais ricos.

É importante lembrar que as desigualdades econômicas também resultam de instituições e/ou procedimentos injustos, como algumas regras de processos seletivos que favorecem indivíduos de grupos sociais que já usufruem mais oportunidades em razão de suas condições sociais. Também é possível identificar injustiças no acesso ao **sistema jurídico-político**, uma vez que pessoas com maior poder aquisitivo têm maior capacidade de acesso e influência nesse sistema.

Quando as desigualdades econômicas são persistentes, elas geram posições sociais duradouras e cristalizam diferenças sociais, como ocorre no Brasil. Nesses casos, é comum que se estabeleçam relações de **dominação** e **subalternização** e baixíssima **mobilidade social**. Isso compromete a ideia de cooperação social que formaria e manteria uma sociedade, bem como a ideia de uma **comunidade política** que busca alcançar objetivos comuns, coletivos, além de comprometer a **economia de mercado**, dado o impacto que as desigualdades causam.

Uma vez que a desigualdade econômica passa a ser considerado um problema a ser enfrentado, o quanto dela é aceitável? A resposta a essa questão tem variado no tempo e no espaço, mas há um consenso de que a experiência vivida nos países mais ricos entre o final da II Guerra Mundial e a década de 1980 é uma referência para desigualdades aceitáveis. Também é uma referência o grupo de **países europeus nórdicos**, que apresentam desigualdades mais justas.

Alguns fatores têm aumentado as preocupações com as desigualdades econômicas. Dentre eles destacam-se a crise ambiental e a globalização econômica. A emergência climática que vivemos expõe as consequências de decisões políticas e econômicas que impactam negativamente não só o meio ambiente, mas também a justiça social. A globalização, por sua vez, leva a preocupações com a justiça global, dado que políticas nacionais são impactadas por decisões econômicas que se concentram em alguns países mais ricos, corporações multinacionais, elites econômicas globais e organismos e organizações internacionais, gerando problemas públicos globais **transfronteiriços**, que atingem, principalmente, os **países semiperiféricos e periféricos**.

Enfim, desigualdades econômicas produzem problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, resultando de instituições (sociais, econômicas, políticas) que têm regulado a convivência humana. Quais as possibilidades de enfrentar esse problema?

Fonte: KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Desigualdade econômica: por que se importar com ela?* In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil**: o que, por que, como, de quem, para quem? Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p. 163-177).

GLOSSÁRIO

Capitalismo industrial – fase do capitalismo associada à Revolução Industrial (Século XVIII), caracterizado pela produção em larga escala impulsionada pelo uso intensivo de máquinas e de mão-de-obra nas fábricas, gerando transformações econômicas e sociais.

Coesão social – É entendida como a força que une os indivíduos em uma sociedade e promove estabilidade e justiça social, sendo mantida pelo sentimento de pertencimento, pelo compartilhamento de valores e pela solidariedade.

Comunidade política – Comunidade caracterizada pela identidade compartilhada, pelo exercício pleno da cidadania e, em especial, pelo exercício dos direitos políticos, como participar de decisões políticas, votar e ser votado etc.

Desigualdade econômica – Distribuição desigual de recursos econômicos, como riqueza, renda e ativos (bens e direitos) numa sociedade.

Direitos humanos – Direitos universais e inalienáveis assegurados a todas as pessoas, sem nenhuma discriminação (por raça, gênero, religião etc.) e que regem a relação dos indivíduos entre si e deles com o Estado.

Dominação – Processo em que a vontade de um indivíduo ou grupo se impõe sobre outro(s) mesmo sem haver algum tipo de coerção.

Economia de mercado – Tipo de sistema econômico em que os investimentos, a produção e a distribuição de produtos, mercadorias e serviços são orientados por decisões da iniciativa privada e não pelos governos.

Igualdade natural – É a ideia de que todos os seres humanos são iguais por natureza, independentemente de sua condição social.

Meritórios – Aqueles que são merecedores; “pobres meritórios” seriam aqueles que merecem auxílio por estarem incapacitados para o trabalho (como as pessoas com deficiência e os idosos); já os “pobres não meritórios” seriam aqueles que, mesmo sendo capazes física e mentalmente, não se empenhariam em sair da sua condição de pobreza e, portanto, não mereceriam nenhum tipo de auxílio.

Mobilidade social – É a capacidade de uma pessoa ou de um grupo alterarem sua posição na estrutura hierárquica da sociedade, como quando ocorre a mudança de classe social.

Países europeus nórdicos – Situados no norte da Europa, são compostos pela Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

Países semiperiféricos e periféricos – São países que orbitam em torno dos países centrais, ou seja, há países que detêm o poder político e econômico, produzem alta tecnologia e estão no centro do capitalismo internacional, como é o caso dos EUA e alguns países europeus. Os

países semiperiféricos são aqueles que possuem industrialização e economia em desenvolvimento, mas com alguma dependência tecnológica e desigualdade social, como o Brasil. Já os países periféricos são menos desenvolvidos, dependentes e com baixa qualidade de vida, como alguns países da África e da Ásia.

Pobreza – Compreendida como a situação de privação de condições básicas que assegurem a sobrevivência com dignidade humana. Segundo o Banco Mundial, a renda inferior a US\$1/dia indicaria pobreza extrema. Já o conceito de pobreza multidimensional considera, além da renda, outras dimensões da vida humana em sociedade, como as condições de moradia, saúde, educação, saneamento, nutrição etc.

Plutocracia – É uma sociedade em que o poder é exercido pelas classes mais ricas.

Sistema jurídico-político – É considerado o sistema próprio de um Estado que integra componentes jurídicos, como as regras constitucionais, e componentes políticos, como a forma de organização do poder.

Subalternização – Processo em que o indivíduo ou grupo social é colocado em situação de inferioridade e dependência em relação a outro indivíduo ou grupo, estabelecendo uma relação hierárquica entre eles.

Taxa de morbidade – Indicador de saúde que mostra a ocorrência de doenças numa população, ou seja, divide-se o número de casos de uma doença pela população total ou pela população exposta aos riscos.

Taxa de mortalidade – Indicador de saúde pública que mostra a frequência de mortes num determinado período, sendo calculada pela divisão do número de óbitos naquele período pela população total e multiplicando-se por 1.000.

Transfronteiriço – Aquilo que ultrapassa as fronteiras políticas dos países.

Urbanização – Processo que concentra a população nas cidades, aumentando também a área territorial urbana, e reduz, de forma muito significativa, a população nas áreas rurais.